

EIXO I

DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DA CGU E DA STN EM MEIO À REFORMA DO ESTADO E DA ADMINISTRAÇÃO

- 1 Lutar para inscrever a Controladoria-Geral da União (CGU) como órgão constitucional.
- 2 Fazer gestão junto à Controladoria-Geral da União (CGU) e à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) no sentido de que estes órgãos assessorarem tecnicamente a reforma administrativa, visando a uma solução justa e adequada para reorganização do Estado brasileiro.
- 3 Cobrar para que a Controladoria-Geral da União (CGU) faça parcerias com institutos de certificação profissional, com vistas à qualificação dos Auditores (AFFC) e Técnicos (TFFC) Federais de Finanças e Controle de seu quadro de pessoal.
- 4 Buscar que os trabalhos de comunicação social desenvolvidos pela Controladoria-Geral da União (CGU) sejam extensivos às Unidades Regionais, de forma a dar orientação padronizada quanto à participação em entrevistas, reportagens e na divulgação dos trabalhos.
- 5 Trabalhar para que a Controladoria-Geral da União (CGU) crie e dissemine uma identidade visual para própria.
- 6 Buscar a alteração da Emenda Constitucional (EC) 95/2016 (Teto de Gastos Primários), que restringe os investimentos federais.
- 7 Garantir que a composição dos Conselhos Fiscais de empresas estatais tenha, no mínimo, um representante da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), e que as atribuições em lei do Tesouro Nacional nestes Conselhos sejam respeitadas e exercidas exclusivamente pelos servidores desse órgão.
- 8 Articular para que a Controladoria-Geral da União (CGU) fortaleça seus canais de transparência ativa, por meio da criação e veiculação de um painel demonstrando à sociedade, por meio da internet, a quantificação dos benefícios financeiros e não-financeiros oriundos da atuação do órgão.
- 9 Promover, junto à Controladoria-Geral da União (CGU) e à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), eventos públicos com o setor produtivo e com a sociedade civil organizada para dialogar sobre temas afetos aos órgãos e à carreira de Finanças e Controle.

EIXO II

FORTELECIMENTO DA CARREIRA DE FINANÇAS E CONTROLE

- 10 Lutar pela realização de concurso público emergencial para os cargos de Auditor (AFFC) e Técnico (TFFC) Federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União (CGU) e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).
- 11 Promover seminários para discutir os impactos das novas tecnologias e da inteligência artificial no serviço público federal e nas atividades da carreira de Finanças e Controle.
- 12 Buscar a regulamentação do art. 247 da Constituição Federal (carreiras de Estado), de modo a trazer garantias adicionais para a carreira de Finanças e Controle.
- 13 Propor ações judiciais referentes à Emenda Constitucional (EC) 103/2019, da reforma da Previdência, em especial no que concerne às alíquotas e às regras de transição.
- 14 Lutar pela flexibilização do cumprimento da jornada de trabalho, e implementar e buscar o aprimoramento do Programa de Gestão por Desempenho (PGD) na Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e na Controladoria-Geral da União (CGU), respectivamente.
- 15 Atuar para evitar o congelamento salarial e de progressões durante vigência da Emenda Constitucional (EC) 95/2016 (Teto de Gastos Primários).
- 16 Lutar contra o congelamento de subsídios e progressões, o aviltamento dos salários, o fim da estabilidade, a extinção de cargos e a dilatação da tabela, buscando o fortalecimento da carreira de Finanças e Controle.
- 17 Reservar os cargos estratégicos de Direção e Assessoramento Superior na Controladoria-Geral da União (CGU) e na Secretaria do Tesouro Nacional (STN) aos ocupantes da carreira de Finanças e Controle. Os processos de seleção para o preenchimento destes cargos deverão se pautar pela transparência, igualdade e isonomia entre os candidatos.
- 18 Atuar junto à Controladoria-Geral da União (CGU) e ao Congresso Nacional para incluir a carreira de Finanças e Controle na Lei das Indenizações de Fronteira.
- 19 Lutar para que as atribuições em Lei dos Auditores (AFFC) e Técnicos (TFFC) Federais de Finanças e Con-

trole sejam respeitadas e exercidas exclusivamente pelos integrantes da carreira de Finanças e Controle.

- 20 Garantir a carreira de Finanças e Controle no escopo das carreiras típicas de Estado.
- 21 Trabalhar por um programa de formação continuada para Auditores (AFFC) e Técnicos (TFFC) Federais de Finanças e Controle a fim de possibilitar-lhes o cumprimento pleno de suas atribuições.
- 22 Buscar a unicidade da carreira de Finanças e Controle no enquadramento dos cargos em uma mesma Tabela.
- 23 Defender, nas negociações, uma Tabela com correlação salarial de, no mínimo, 70% entre os cargos de Auditor (AFFC) e Técnico (TFFC) Federal de Finanças e Controle.
- 24 Propor mudança da nomenclatura de Técnico Federal de Finanças e Controle (TFFC) para Analista.
- 25 Buscar formas de gerenciamento de pessoal baseadas em produtos e resultados, a fim de aperfeiçoar o controle meramente centrado em jornada presencial.

EIXO III

POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO SINDICAL

- 26 O UNACON Sindical deve buscar reaproximar os servidores, ativos e aposentados, da carreira de Finanças e Controle das lutas corporativas e sociais, por meio da integração cultural, esportiva e da construção do espírito de coletividade.
- 27 Fortalecer a presença do UNACON Sindical nas mídias sociais, digitais e impressas visando consolidar a ima-

gem positiva da carreira de Finanças e Controle.

- 28 Manifestar-se regularmente sobre assuntos atinentes à defesa do interesse público no que tange as áreas de atuação da Controladoria-Geral da União (CGU) e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).
- 29 Promover maior racionalização da gestão do UNACON Sindical por meio da cooperação/integração paulatina da estrutura de serviços do sindicato com a de outras entidades de servidores públicos.
- 30 Implantar o UNACON Digital promovendo, de forma continuada, a revisão e o aprimoramento dos seus processos, visando otimizar a participação, a transparência, a comunicação, a tomada de decisão e a prestação de serviços aos filiados.
- 31 Coordenar com as demais entidades representativas, a defesa permanente das Instituições de Estado, buscando o diálogo e a negociação com o Governo e os outros Poderes de forma a garantir o Estado democrático de direito.
- 32 Protagonizar, em parceria com a CGU, a STN e outros órgãos e instituições, ações de promoção à qualidade de vida do servidor, com foco em saúde mental, drogadição e superendividamento.
- 33 Incentivar a participação dos filiados em debates e eventos que abordem temas ligados à política econômica, fiscal e outros relacionados à Carreira.
- 34 Fomentar o debate acerca da responsabilização criminal da gestão da política fiscal e de seus impactos na carreira de Finanças e Controle. ■

3º Conacon supera expectativas; 87% avaliam o evento como ótimo

Participantes foram convidados a classificar programação, organização e estrutura do evento com notas de 1 a 5. Nenhum tópico recebeu avaliação menor que 3.

	Nota 3	Nota 4	Nota 5
Localização/Estrutura Física		3%	95%
Credenciamento e recepção		5%	94%
Logística	1%	9%	88%
Palestras	4%	22%	71%
Grupos de Trabalho	8%	38%	52%
Alimentação	3%	16%	81%

Congressistas também avaliaram a estrutura e hospitalidade do hotel como excelente.